

1 ATA DA XX REUNIÃO DO CEDA CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DO AMBIENTE.

2 Às quatorze horas e trinta minutos, do dia vinte e quatro de abril de mil novecentos e oitenta e  
3 nove, nas dependências da Sala dos Governadores do Palácio Iguazu, em Curitiba, Paraná, sob a  
4 presidência do Doutor Reinaldo Demeterco de Quadros Souza, Presidente em exercício do CEDA  
5 e secretariada pelo Engenheiro Químico Alberto Baccarim, Secretário Executivo do CEDA, teve  
6 início a XX Reunião Ordinária do CEDA Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, com a  
7 presença dos Conselheiros Natos Reinaldo Demeterco de Quadros Souza, Secretário em  
8 exercício da SEDU, Renato Meister, representando o Secretário da SETR, Oliem Zétola,  
9 representando o Secretário da SETA, Valdir Pan, representando o Secretário da SEAB, dos  
10 Conselheiros Efetivos Roberto Ribas Lange, da ADEA, Manoel Baltazar Batista da Costa, da  
11 APPEMMA, Gilberto de Oliveira, da ACPG, Eduardo Kardush, da ACOPAL, Reinaldo O. Skalisz,  
12 da AMAR e Itagiba G. Moretti, da FUEL. Como convidados participaram técnicos do ITCF e  
13 representante de Associações de Meio Ambiente. O Presidente da mesa submeteu a Ata da  
14 reunião anterior a discussão. O Conselheiro Lange protesta pelo fato de haver lançado sua  
15 candidatura ao CEDA na última reunião e não constava seu nome na lista dos candidatos inscritos  
16 ao Conselho. Lembrou também, que na reunião anterior ele havia indagado se o Governo do  
17 Estado já tinha adquirido os equipamentos de combate aos incêndios florestais, tendo sido  
18 informado negativamente, sendo que no entanto, esta questão não constava na Ata. A Secretaria  
19 Executiva concordou com a observação do Conselheiro Lange referente aos incêndios florestais e  
20 informou que a questão da sua candidatura deveria ser discutida no espaço reservado aos  
21 assuntos gerais, uma vez que as indicações de candidaturas ao Conselho deverão ser por escrito.  
22 O Presidente submete à aprovação a Ata com a observação do Conselheiro Lange. A Ata foi  
23 aprovada. O Presidente da mesa diretora dos trabalhos passa a palavra ao Secretário Executivo  
24 para a apresentação dos informes da mesma. O Secretário Executivo enumera os ofícios e  
25 demais expedientes encaminhados pelo Conselho. Relata também, os encaminhamentos que a  
26 Secretaria Executiva adotou, referente às Associações de Meio Ambiente e Universidades no que  
27 se refere a indicação de candidatos ao Conselho e informa que alguns pontos deverão ser  
28 discutidos e aprovados pelo Conselho no espaço destinado aos assuntos gerais. Após os  
29 informes da secretaria executiva, o Presidente do CEDA em exercício, concede a palavra ao  
30 representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, Senhor Valdir Pan, para  
31 que procedesse a apresentação dos objetivos e metas do programa Paraná Rural. O  
32 representante da SEAB informa inicialmente os objetivos do projeto, explicando que o projeto está  
33 dividido em dois sub-programas, sendo o primeiro voltado ao Manejo e Conservação do Solo e o  
34 segundo de Apoio ao Produtor Rural. O sub-programa Manejo e Conservação do Solo está  
35 efetivamente negociado com contrato já firmado junto ao BIRD - Banco Integrado para a  
36 Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de 149 (cento quarenta e nove) milhões de dólares,  
37 sendo que a participação do BIRD é de 63 (sessenta e três) e o Governo do Estado do Paraná

38 entra com uma contrapartida na ordem de 86 (oitenta e seis) milhões de dólares. O sub-programa  
39 esta constituído de nove componentes e tem como objetivos principais o atendimento do trabalho  
40 a 2.100 (dois mil e cem) micro-bacias hidrográficas, dando continuidade ao Programa de Manejo e  
41 Conservação de Solos anteriormente desenvolvido pela SEAB. O Paraná Rural, continua a  
42 explicação do representante da SEAB, no que diz respeito ao sub-programa Manejo e  
43 Conservação de Solos, cobre uma área de aproximadamente 06 (seis) milhões de hectares e tem  
44 como meta atingir 165 (cento e sessenta e cinco) mil produtores rurais, dentro dos nove  
45 componentes que compõe o manejo. No que diz respeito ao manejo o programa esta estruturado  
46 em componentes de 'apoio' e 'de frente', propriamente dito. Os componentes de apoio seria  
47 "pesquisa agropecuária", com valor previsto de 20 (vinte) milhões de dólares, com objetivo  
48 principal o atendimento à demanda existente da pesquisa, o estabelecimento de unidades pilotos  
49 para o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos durante o programa de manejo, com cuja  
50 execução será conjunta com a SUREHMA em todas as bacias piloto, e a difusão e treinamento  
51 não só de técnicos envolvidos no programa, mas também de produtores rurais. O segundo  
52 componente e a "extensão rural", com custo de 23 (vinte e três) milhões de dólares, tendo como  
53 característica principal não apenas a iniciativa pública como a privada, para o desencadeamento  
54 de ações. O terceiro componente e o "fundo de conservação de solo", com recursos na ordem de  
55 20 (vinte) milho de dólares, diz respeito a um fundo de recursos que deu origem ao Fundo de  
56 Desenvolvimento Econômico do Estado, que será alocado junto ao BADEP e repassado aos  
57 produtores para o atendimento das necessidades básicas para a conservação que não eram  
58 prioridades para determinados grupos de agricultores e ao sentirem como prioridades não  
59 dispunham de recursos para tal atividade. Com esse 'fundo' pretende-se atingir 85 (oitenta e  
60 cinco) mil produtores rurais. O quarto componente é a "adequação de estradas municipais", com  
61 recursos de 26 (vinte e seis) milhões de dólares e tem como objetivo atuar dentro das micro-  
62 bacias eleitas para serem trabalhadas as estradas que de uma, ou outra forma, estejam  
63 interferindo na propriedade, ou vice versa. O quinto componente e a instalação de "terminais  
64 ferroviários" para o transporte de calcário, estando previsto a construção de uma estrutura de  
65 embarque no Município de Araucária e quatro estruturas de desembarque nos Municípios de  
66 Cianorte, Apucarana, Guarapuava e União da Vitoria. O sétimo componente e o "monitoramento e  
67 fiscalização do uso de solo", que será um trabalho pioneiro e está sendo exigido pelo BIRD. Diz  
68 respeito ao acompanhamento de todas as ações implantadas, para que possibilite correções de  
69 eventuais desvios, e no final do programa previsto para daqui a 07 (sete) anos, haja uma primeira  
70 possibilidade de um zoneamento agro-silvo-pastoril no Estado do Paraná. O sexto componente,  
71 explica o representante da SEAB, por se tratar de questões relativas ao ITCF, o técnico do ITCF  
72 apresentará posteriormente. O oitavo componente e o "treinamento" que vem a ser a capacitação  
73 dos técnicos não apenas da estrutura oficial, como da iniciativa privada e produtores rurais  
74 envolvidos. O nono componente e relativo à "administração", que está sendo constituído através  
75 de decreto governamental denominado AAS - Assessoria de Articulação Setorial, lotado na SEAB.

76 O Paraná Rural está contando com a participação da SEAB, SETR, SEED, SEFA e SEPLAN.  
77 Para a administração do programa, foi constituído a Comissão Deliberativa do Paraná Rural, cujo  
78 presidente e o Governador do Estado e o Secretário Executivo e o Secretário da SEAB. O Sub-  
79 programa 'Apoio ao Produtor Rural' está ainda sendo negociado junto ao BID - Banco  
80 Interamericano de Desenvolvimento, e ainda não foi firmado o contrato. Para este sub-programa  
81 esta sendo previsto um empréstimo no valor de 250 (duzentos e cinqüenta) milhões de dólares,  
82 com a participação de cem milhões de dólares por parte do BID. Está composto de oito projetos, a  
83 saber: 'pesquisa agropecuária', 'extensão rural', 'regularização fundiária', 'irrigação e drenagem',  
84 'produção animal', 'armazenagem', 'estradas rurais' e 'educação'. O projeto de pesquisa e o de  
85 extensão rural, no que diz respeito ao que esta sendo negociado junto ao BID, preconiza  
86 exatamente o apoio aos projetos de irrigação e drenagem e produção animal. O projeto de  
87 pesquisa esta orçado em 10 (dez) milhões de dólares e o de extensão rural em 13 (treze) milhões  
88 de dólares, prevendo atingir 85 (oitenta e cinco) mil produtores. O projeto de regularização  
89 fundiária está orçado em 10 (dez) milhões de dólares, objetivando a ratificação de 17.650  
90 (dezessete mil, seiscentos e cinqüenta) registros imobiliários, implantação do cadastro técnico  
91 rural a 31 (trinta e um) mil imóveis. O de irrigação e drenagem prevê trabalho de drenagem em  
92 cerca de 73 (setenta e três) mil hectares e trabalho de drenagem e sistematização em mais 11  
93 (onze) mil hectares, com custo orçado em 18.600 (dezoito milhões e seiscentos) dólares  
94 aproximadamente, sendo que neste momento, a SEAB está preocupada com a questão do RIMA,  
95 tendo sido inclusive contratadas as empresas de consultorias para elaborarem os EIA/RIMA  
96 (Estudos de Impactos Ambientais), esperando que até o mês de outubro próximo se tenha uma  
97 resposta sobre a aprovação ou não dos referidos RIMA. O projeto de produção animal prevê o  
98 melhoramento genético e o melhoramento das pastagens, além da implantação de 91 (noventa e  
99 um) centro de produção animal, com o objetivo de promover o melhoramento genético junto a  
100 pequenas e medias propriedades rurais. O projeto de armazenagem é um dos componentes mais  
101 fortes dentro do programa de Apoio ao Produtor Rural, prevendo a ampliação da capacidade  
102 estática de armazenagem no Estado do Paraná, em mais 400 (quatrocentas) mil toneladas, com a  
103 implantação de 06 (seis) unidades intermediárias e 36 (trinta e seis) unidades coletoras. O projeto  
104 de estradas rurais prevê a pavimentação de 1.200 (mil e duzentos) quilômetros, ligando  
105 principalmente distritos à sedes municipais, com orçamento de 100 (cem) milhões de dólares. O  
106 último projeto e o de educação, que prevê a construção de escolas de 2º grau em núcleos rurais  
107 e o transporte de escolares. No tocante ao sub-programa Apoio ao Produtor Rural, o Governador  
108 do Estado esta prevendo a assinatura do contrato no segundo semestre deste ano. Terminado a  
109 explicação por parte do representante da SEAB, o Presidente do CEDA em exercício passa a  
110 palavra ao técnico Eládio Del Rosal, do ITCF para que explicasse o componente sexto, do sub-  
111 programa Manejo e Conservação de Solo, do projeto Paraná Rural. Informa o técnico do ITCF,  
112 que o componente florestal receberá recursos na ordem de um milhão de dólares, que serão  
113 alocados em dois anos na Serra do Mar, na implantação do plano de gerenciamento da Área

114 Especial do Marumbi, regularização fundiária das áreas internas da AEM, na extensão das ações  
115 projetadas fora da área do Marumbi, e, implantação de um centro de educação ambiental, orçado  
116 em 75 (setenta e cinco) mil dólares, mais a implantação de três pontos avançados de fiscalização  
117 no Parque Marumbi, com previsão de 06 (seis) mil dólares, totalizando só para obras 81 (oitenta e  
118 um) mil dólares. Entre veículos e equipamentos serão adquiridos 03 (três) utilitários diesel, 01  
119 (um) automóvel, instrumentos para escritório, com orçamento de 102 (cento e dois) mil dólares.  
120 Para custeio teremos 80 (oitenta) mil dólares, principalmente para inventário de flora e fauna. Para  
121 inventario fora da AEM teremos 93 (noventa e três) mil dólares, prevendo a ampliação para mais  
122 73 (setenta e três) mil hectares. Para a aquisição de certidões de cartórios teremos mil dólares  
123 aproximadamente. Para a implantação de um sistema de acompanhamento por satélites teremos  
124 2.880 (dois mil oitocentos e oitenta) dólares. Para sobrevoar a Serra do Mar teremos 24 (vinte e  
125 quatro) mil dólares e para mapeamento básico teremos 180 (cento e oitenta) mil dólares, e mais  
126 24 (vinte e quatro) mil dólares para consultas. Para educação ambiental, será adquirido um micro-  
127 ônibus e uma kombi, entre outros equipamentos, orçados em 150 (cento e cinqüenta) mil dólares.  
128 No que diz respeito a recursos humanos, prevê a alocação neste projeto de 04 (quatro) técnicos  
129 de nível superior, 04 (quatro) técnicos de nível médio, 03 (três) assistentes administrativos, 03  
130 (três) auxiliares administrativos e 06 (seis) guarda-parques, com despesas orçadas em 140 (cento  
131 e quarenta) mil dólares. Portanto, para aplicação na Serra do Mar, divididos em todas as  
132 atividades de aquisições, teremos um total de 1.106.000 (um milhão, cento e seis mil) dólares. Ao  
133 final da explanação do representante do ITCF, o Presidente do CEDA deixa a palavra livre para  
134 considerações e perguntas por parte dos Conselheiros. O Conselheiro Lange, referindo-se ao  
135 programa Paraná Rural comenta que muito se avançou no tocante ao controle da erosão do solo,  
136 particularmente na região de Santa Helena, onde os próprios agricultores comentam o aumento  
137 da produtividade do solo. No que se refere ao Parque Marumbi, o Conselheiro Lange diz estranhar  
138 a aquisição de mais veículos (quatro toyotas), pois em 1982 todos os recursos alocados para o  
139 Parque foram utilizados para a compra de toyotas. Continuando, o Conselheiro questiona sobre o  
140 que seria feito referente às áreas já consideradas degradadas na Serra do Mar. Por fim, pede o  
141 Conselheiro que se anexe a Ata, os dados do programa Paraná Rural, fornecidos na exposição  
142 tanto por parte do representante da SEAB, como pelo do ITCF. Respondendo às indagações do  
143 Conselheiro Lange, o técnico Eládio diz não ter conhecimento detalhado sobre as toyotas  
144 adquiridas em 1982, uma vez que assumiu o trabalho na serra recentemente, mas acredita que já  
145 seja tempo de substituí-las. Sobre as áreas degradadas ele esclarece que os recursos serão  
146 utilizados na recuperação das referidas áreas. O Conselheiro Baltazar indaga sobre a contratação  
147 de pessoal para dar cumprimento aos projetos de pesquisas e extensão do Paraná Rural. O  
148 Técnico Valdir afirma que o Banco não faz nenhuma exigência quanto à contratação de pessoal,  
149 devendo a via de regra ocorrer o remanejamento de técnicos das várias estruturas do Governo do  
150 Estado, mas não descarta a possibilidade de contratação pela Emater-Pr. e IAPAR, uma vez que  
151 os Diretores destes órgãos atestam uma defasagem de pessoal. O Conselheiro Kardush indaga

152 sobre a ampliação da Área de Interesse Turístico do Marumbi. O Técnico Eládio esclarece que  
153 está ainda em fase de estudos e de inventários da flora e fauna para se avaliar a possibilidade de  
154 ampliação. O Conselheiro Lange indaga ao representante do ITCF sobre a Estrada de  
155 Cabaraquara, onde houve um RIMA aprovado que exigia a construção de muros em alguns  
156 trechos da estrada e obras de artes sobre o mangue, entre outras exigências que não foram  
157 cumpridas. Indaga ainda de quem seria a responsabilidade, se do Governo do Estado ou da  
158 empresa que construiu a estrada. Pergunta ainda o Conselheiro sobre a estrada que se pretende  
159 construir contornando a Baía de Guaratuba, se já foi entregue o RIMA. Sobre a Estrada de  
160 Cabaraquara o técnico Eládio diz que realmente houve problemas, mas talvez o Superintendente  
161 da SUREHMA pudesse responder melhor às indagações do Conselheiro. O Superintendente da  
162 SUREHMA informou que a responsabilidade sobre o não cumprimento do que prevê o RIMA é da  
163 Secretaria dos Transportes, através do DER, e que ele já está marcando uma reunião com a  
164 Direção do DER para discutir o assunto, informando ainda que há uma semana os técnicos do  
165 Grupo de RIMA da SUREHMA elaboraram um relatório onde apontavam as irregularidades na  
166 construção da referida estrada. Sobre a estrada que se pretende construir contornando a Baía de  
167 Guaratuba, o Superintendente da SUREHMA diz não ter informação sobre se já foi concluído o  
168 EIA/RIMA. O Conselheiro Kardush indaga ao representante da SEAB sobre até que ponto o  
169 CEDA poderia propor que se de maior ênfase à questão da extensão rural e à pesquisa, dentro do  
170 programa Paraná Rural. O representante da SEAB disse que qualquer sugestão seria bem aceita  
171 e que a questão referente a pesquisa e extensão rural estava contemplada no programa, mas não  
172 descartava a iniciativa de o CEDA solicitar que se dê uma ênfase maior. O Conselheiro Kardush  
173 propõe então que o CEDA aprovasse uma indicação à coordenação do programa Paraná Rural no  
174 sentido de que se reforce o trabalho e a destinação de recursos para a área de extensão rural e  
175 pesquisa. A proposição foi aprovada. O Conselheiro Kardush indaga ainda se está previsto a  
176 destinação de verbas para o trabalho de fiscalização do ITCF. O Técnico Irineu Dalla Corte, do  
177 ITCF, informa negativamente, mas que o ITCF está pleiteando recursos junto ao Instituto  
178 Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, para fiscalização e junto com o  
179 Corpo de Bombeiros está em fase final um projeto de convênio com o IBAMA no sentido de se  
180 equipar os dois órgãos (ITCF e Corpo de Bombeiros) para o combate de incêndios florestais. O  
181 Técnico Eládio esclareceu que mesmo não constando recursos do Paraná Rural para a  
182 fiscalização, indiretamente ele acaba por contribuir, uma vez que injeta recursos para o órgão,  
183 fazendo com que os anteriormente disponíveis possam ser concentrados em trabalho como a  
184 fiscalização. Finda a discussão sobre o Paraná Rural, o Presidente em exercício do CEDA, passa  
185 a palavra ao Técnico Irineu Dalla Corte, do ITCF, para fazer a explanação sobre a situação da Ilha  
186 do Mel e da construção do atracadouro previsto no Plano de Manejo da Ilha do Mel. O  
187 representante do ITCF faz um relato sobre o histórico da Ilha do Mel, repassando dados sobre a  
188 extensão territorial, população, atividades desenvolvidas pela população para posteriormente  
189 iniciar a exposição dos problemas da Ilha, principalmente no que se refere ao trabalho do ITCF.

190 Informa o representante do ITCF que a Ilha do Mel, no que se refere aos seus aspectos  
191 administrativos, foi transferido ao Governo do Estado do Paraná em 1982, pois até então a  
192 administração era praticada pelo Governo Federal, através do SPU - Serviço do Patrimônio da  
193 União. No termo de cessão ao Estado do Paraná, havia uma condição que era a de elaboração de  
194 um plano de uso da ilha. O plano foi elaborado pelo Governo do Estado e aprovado pelo SPU  
195 ainda em 1982, contemplando ações na área de saúde, energia elétrica, transporte a ilha, sistema  
196 de circulação interna, preservação do meio ambiente, saneamento, ordenamento turístico e  
197 ocupação fundiária. Através do Decreto Estadual 5.397, o Governo do Estado autoriza o ITCF a  
198 executar, naquilo que lhe compete o plano de uso e coordenar as demais Secretarias de Estado  
199 envolvidas em trabalho na Ilha do Mel. Através do Decreto Estadual 4.964/85, o Governo do  
200 Estado disciplina o uso e ocupação do solo na Ilha do Mel. Este Decreto tem dois artigos que  
201 geraram e ainda geram muitas polemicas sendo o artigo 2º, item I, que diz da intransferibilidade  
202 dos títulos de concessão de uso, a qualquer título, e o artigo 7.º, que diz que somente poderá ser  
203 objeto de concessão de uso, terrenos com ate no máximo 500 (quinhentos) metros quadrados.  
204 Tanto o artigo 2º, como o 7º, não são aceitos pela população que especula na ilha. Em 1987 o  
205 Governo do Estado emitiu o Decreto 972, constituindo uma Comissão Executiva para assuntos da  
206 Ilha do Mel, com o prazo de um mês para elaborar uma proposta conjunta para a ilha, sendo  
207 designado o Secretario da Agricultura como coordenador da Comissão Executiva. Durante dois  
208 meses houve ampla discussão entre os vários órgãos do governo e a população da ilha e em  
209 28/10/87 o Governador do Estado, através de um ofício, determina que se inicie a execução dos  
210 trabalhos proposto pela Comissão Executiva, devendo cada órgão executar a sua parte. A partir  
211 daí, o ITCF iniciou o trabalho de cadastramento das famílias que moravam na ilha, e,  
212 posteriormente, a emissão de títulos de concessão de uso. Formalmente 23 (vinte e três)  
213 ocupantes de áreas, variando de um a quatro mil hectares de terra, não aceitaram as exigências  
214 do ITCF e desenvolveram uma intensa campanha contra o mesmo. A Sociedade Amigos da Ilha  
215 do Mel conseguiu do DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, uma  
216 autorização para que a COPEL instalasse energia elétrica em suas residências. Isso se deu pelo  
217 fato de o ITCF ter firmado um convênio com a COPEL no sentido de que somente se instalaria  
218 energia elétrica nas residências que possuíse os títulos de concessão de uso. Com isso todos os  
219 habitantes da ilha, independentes de possuírem ou não os títulos de concessão poderiam ser  
220 beneficiados, criando a primeira dificuldade ao trabalho do ITCF. Não satisfeito com a primeira  
221 vitória, a Sociedade Amigos da Ilha do Mel, foi até o Procurador da República, Dr. Dilton Carlos  
222 Eduardo França, que emitiu um parecer onde constava que com relação às propriedades  
223 ocupadas antes de 1982, caberia ao SPU proceder a cobrança da taxa de uso. Isso se deu pelo  
224 fato de o Governo do Estado, através do ITCF, estar emitindo cobrança das taxas de uso às  
225 famílias que possuíse os títulos fornecidos pelo mesmo. Dessa forma, ficava difícil exigir a  
226 regularização por parte dos moradores da ilha. A partir do parecer do Procurador da República, a  
227 Sociedade Amigos da Ilha do Mel divulgou na imprensa que a Ilha do Mel havia passado

228 novamente para o domínio do SPU, sendo que após esta data e toda a campanha contra o  
229 Governo do Estado realizada pela Sociedade Amigos da Ilha do Mel, o ITCF praticamente foi  
230 expulso da ilha, ficando impedido de continuar seu trabalho. O Procurador Jurídico do ITCF já  
231 elaborou um Parecer Jurídico contestando o Procurador da República, mas falta o  
232 pronunciamento do Procurador Geral do Estado do Paraná. Após a explanação do técnico do  
233 ITCF, o Presidente deixa a palavra livre para que os Conselheiros se pronunciem. O Conselheiro  
234 Lange se pronuncia no sentido de que os dois artigos do Decreto ao qual se referiu o  
235 representante do ITCF, não é o maior problema da Ilha do Mel, mas sim o acesso anárquico da  
236 população à ilha, reconhecendo o direito adquirido da população, principalmente a de baixa renda  
237 em visitá-la, mas sem a construção do Terminal Turístico no continente, de forma que se possa  
238 disciplinar o acesso à ilha, o problema não se resolverá, pois os artigos do decreto pode ser o  
239 maior problema do ITCF, mas não o é o da Ilha do Mel. O Técnico Irineu informa que a construção  
240 do Terminal não está afeto ao ITCF. O Conselheiro Kardush indaga sobre em que pé está o  
241 processo jurídico da ilha. O Representante do ITCF informa que o Procurador Jurídico do ITCF já  
242 emitiu um parecer contestando o SPU, e encaminhou à PGE, através da Casa Civil do Governo  
243 do Estado. Após discussão da questão jurídica, se aprovou o encaminhamento de expediente ao  
244 Procurador Geral do Estado no sentido de que se agilize a emissão de um parecer sobre a  
245 dominiabilidade da Ilha do Mel, ao Coordenador da Comissão Executiva para assuntos da Ilha do  
246 Mel, no sentido de que se faça cumprir o Decreto 972/87, e que o Governo do Estado desaproprie  
247 a área, de dominiabilidade duvidosa, para a construção do Terminal Turístico. O Presidente passa  
248 a palavra ao Conselheiro Lange para apresentar o Parecer sobre a alteração da Lei 7978/84. O  
249 Conselheiro Lange, na qualidade de Relator do processo referente a alteração da Lei 7978/84, faz  
250 a leitura do seu voto. Após a leitura e discussão do mesmo, o voto foi aprovado com emenda,  
251 ficando coma seguinte redação: "01) Pela inclusão de Parágrafo único junto ao Artigo 1º, com a  
252 seguinte redação: Parágrafo Único - O CEMA é o Órgão Superior do Sistema Estadual do Meio  
253 Ambiente. 02) Pela alteração da alínea M do Artigo 3º. Face a definição da nova Secretaria de  
254 Estado: M - Secretaria de Estado de Ensino Superior, Ciências, Tecnologia e Desenvolvimento  
255 Econômico. 03) Pela alteração do Artigo 5º para a seguinte forma: Artigo 5º: O CEMA, poderá  
256 convocar técnicos e cientistas da administração pública, para que prestem orientação e  
257 assessoramento aos trabalhos e estudos do Conselho.". O Presidente do CEDA passa a palavra  
258 ao Secretário Executivo, para que faça o relato da Reunião Técnica do CEDA realizada no  
259 período da manhã. O Secretário faz um relato sucinto e explica que alguns pontos deverão ser  
260 referendados pelo Conselho, sendo pela ordem: 01) Que o Governo do Estado, através da SEAB,  
261 SUREHMA e CODEC, convenie-se com o CONAR, no tocante ao controle da propaganda de  
262 agrotóxicos; 02) Que a SEAB responda ao CEDA sobre a proposta da ANDEF, onde propõe um  
263 convênio no sentido de que as empresas filiadas à Entidade recolha os produtos agrotóxicos que  
264 forem apreendidos no Paraná; 03) Que seja encaminhado expediente ao Congresso Nacional  
265 solicitando a proibição da propaganda de agrotóxicos, devendo a mesma ser efetuada através de

266 boletins técnicos e pelos técnicos ligados à agricultura; 04) Que se institua um grupo de trabalho  
267 formado pela SUREHMA, SANEPAR, FUEL, Prefeitura de Primeiro de Maio, Secretaria de Saúde,  
268 Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Secretaria de Ensino, Ciência, Tecnologia e  
269 Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de elaborar um projeto de pesquisa sobre os  
270 problemas ambientais e de saúde em Primeiro de Maio; 05) Que a SUREHMA/SEDU e SEAB  
271 desenvolvam trabalhos intensivo de fiscalização em Primeiro de Maio, no tocante à utilização  
272 indiscriminada de agrotóxicos às margens da Represa Capivara, que serve de captação à  
273 SANEPAR; 06) Que a SUREHMA e SEED, com a participação do ITCF e da CESP - Companhia de  
274 Energia Elétrica de São Paulo, desenvolvam trabalhos de Educação Ambiental junto à população  
275 de Primeiro de Maio; 07) Que o CEDA encaminhe expediente ao Governo do Estado, solicitando  
276 que este instrumentalize a FUEL - Fundação Universidade Estadual de Londrina, no tocante à  
277 implantação de um Centro de referência em Análise Laboratorial de Agrotóxicos; 08) Que seja  
278 discutido entre a SEAB e a ANDEF a proposta do Coordenador Executivo da SUREHMA em  
279 Toledo, sobre o recolhimento das embalagens vazias de agrotóxicos pelas empresas fabricantes.  
280 Informa ainda o Secretário Executivo que o Presidente da SANEPAR, presente à Reunião  
281 Técnica, comprometeu-se em nome da Empresa, que dentro de duas semanas, seria instalado  
282 junto à Estação de Tratamento de Água de Primeiro de Maio, um Filtro de Carvão Ativado,  
283 visando eliminar o odor e gosto característicos de agrotóxicos. As propostas aprovadas na  
284 Reunião Técnica foram posta para referendo dos Conselheiros pelo Presidente em exercício do  
285 CEDA, sendo todas aprovadas. O Conselheiro Itagiba, usando a palavra no espaço destinado aos  
286 assuntos gerais, propõe que conste em Ata o apoio do Conselho à iniciativa do Dr. Ary Veloso  
287 Queiroz, como Secretário da SEDU, por ter incluído no PEDU - Programa Estadual de  
288 Desenvolvimento Urbano, a construção de incineradores de produtos tóxicos. A proposição foi  
289 aprovada. O Presidente do CEDA em exercício passa a palavra ao Secretário Executivo para  
290 esclarecimentos sobre o processo eleitoral do CEDA e para apresentar os encaminhamentos  
291 devidos sobre o assunto. O Secretário Executivo informa que no que se refere ao prazo para o  
292 recebimento de Cadastro e indicação de candidatos pelas Entidades de Meio Ambiente, as  
293 Resoluções 01e 02/89-CEDA determinam o dia 21/04/89, mas devido aos tropeços da Secretaria  
294 Executiva na preparação do material informando as Entidades, ele resolveu abrandar o prazo para  
295 até o dia 28/04/89, uma vez que mesmo Associações com acento no CEDA ainda não se  
296 cadastraram ou não se inscreveram, por isso ele propõe que o Conselho referende o  
297 abrandamento do prazo. A proposição foi aprovada. O Conselheiro Lange reclamou que fez o  
298 lançamento da sua candidatura em nome da ADEA na última reunião e seu nome não consta da  
299 relação dos candidatos já inscrito, conforme havia dito no início desta reunião. Qualificando a  
300 exigência de se inscrever por escrito como uma burocracia do servidor que presta serviço à  
301 Secretaria Executiva do Conselho, solicitava que sua inscrição fosse aceita verbalmente como  
302 havia feito na reunião anterior, tendo inclusive constado em Ata. O servidor que executa os  
303 serviços da Secretaria Executiva solicitou autorização do Presidente para esclarecer a questão do

304 Conselheiro Lange. Informou o servidor que não é o candidato que se auto indica, mas a Entidade  
305 à qual pertença que o inscreve como candidato, sendo que a obrigatoriedade de inscrição por  
306 escrito adotada pela Secretaria Executiva vai de encontro às Resoluções 01 e 02/89-CEDA, e  
307 busca garantir a lisura do processo, inclusive facilitando a garantia de que o nome do inscrito  
308 conste da lista de candidatos. Por fim disse que não achava de acordo que apenas o companheiro  
309 Conselheiro fosse agraciado com atendimento diferente. A questão levantada pelo conselheiro  
310 Lange foi discutida e posteriormente aprovado que todos obteriam tratamento igual, devendo o  
311 Conselheiro proceder a inscrição do seu nome, representando a ADEA, por escrito, até o dia  
312 28/04/89. O Secretário Executivo informou que no dia 06/05/89 encerraria o prazo para que as  
313 Universidades encaminhassem as indicações de seus representantes acompanhado de  
314 Curriculum Vitae, e portanto teria que se nomear uma comissão de Conselheiros para junto com a  
315 Secretaria Executiva analisar os curriculum dos indicados. Foi proposto e posteriormente  
316 aprovado a indicação dos Conselheiros Gilberto de Oliveira, Eduardo Kardush e Itagiba Moretti  
317 para compor a comissão. O Conselheiro Lange usa a palavra e solicita mais uma vez que o  
318 Governo do Estado adquira os equipamentos para combate aos incêndios florestais. O  
319 Conselheiro Gilberto usa a palavra e apoia a solicitação sobre os incêndios. O Conselheiro Lange  
320 repassa à Secretaria Executiva do CEDA um documento em que o Governo do Estado pede o  
321 despejo das Associações de Meio Ambiente que se utilizam de uma sala pertencente ao governo,  
322 situada na Rua Desembargador Westphalen, 15, 16º andar. Explicou que na gestão do  
323 Governador Ney Braga o governo cedia uma verba para a manutenção da sala e para o  
324 pagamento do condomínio, além de pagar uma faxineira para fazer a limpeza, em troca as  
325 Associações prestavam serviço ao Governo do Estado. Na gestão do Governador José Richa foi  
326 cortado a verba para o condomínio e manutenção e também o pagamento da faxineira. Agora no  
327 Governo Álvaro Dias pede-se a devolução da sala. Face à explicação, o Conselheiro Lange passa  
328 o documento ao Secretário Executivo para que encaminhe e discuta com o governo uma proposta  
329 de solução para o caso. Por último, o Conselheiro pede a reconsideração por parte do Governador  
330 do Estado e do Presidente do Conselho do Litoral à retirada da ADEA da composição do  
331 Conselho do Litoral como membro nato. Explicou que desde o início ele participou do Conselho do  
332 Litoral como membro nato, depois deixou de ser titular, ficando na condição de suplente do  
333 Engenheiro Celso Carneiro, associado da ADEA, e, para sua surpresa o Governador do Estado  
334 alterou através de Decreto a composição do Conselho do Litoral, retirando a ADEA e dando a  
335 representação a uma Entidade do litoral, supostamente defensora da especulação imobiliária no  
336 litoral. O Conselheiro Reinaldo Skalisz denuncia que tem um funcionário da SUREHMA que está  
337 trabalhando para denegrir a imagem do órgão. Explica que no dia 10/04/89, o Presidente da  
338 AMAR flagrou três caminhões jogando pneus velhos em um fundo de vale do Município de  
339 Araucária, tendo em seguida feito a denúncia à SUREHMA e repassado a placa dos caminhões,  
340 pedindo providências pois acima da montanha de pneus ficava a rede de alta tensão da COPEL, e  
341 nas proximidades uma favela, onde se corria o risco de garotos que lá residiam atear fogo nos

342 pneus, como é de costume. No dia 21/04/89, O previsto aconteceu e a AMAR teve que chamar o  
343 Corpo de Bombeiros às pressas para apagar o fogo que já atingia a rede de alta tenção, sendo  
344 que até está data a SUREHMA nada havia feito, portanto, ele acha que o funcionário que foi  
345 negligente deve ser colocado à disposição da Secretaria da Administração, pois está trabalhando  
346 contra os objetivos, propostas e prática da SUREHMA. Informou ainda o Conselheiro Skalisz que  
347 tão logo obtenha os laudos do Corpo de Bombeiros apresentará uma queixa contra a SUREHMA  
348 no Ministério Público, em Araucária. O Secretário Executivo e Superintendente da SUREHMA  
349 comprometeu-se a apurar a denúncia do Conselheiro Skalisz e tomar as providências cabíveis. O  
350 Conselheiro Gilberto de Oliveira usou a palavra para informar sobre o concurso de redação sobre  
351 temas ecológicos que a ACPG está promovendo, do qual poderão participar todos os jornalistas  
352 do Estado do Paraná, com redações sobre o tema "Conservação de Solos". Ao final o Conselheiro  
353 repassa aos demais presentes, exemplares do último número do jornal da Entidade de Meio  
354 Ambiente de Ponta Grossa. O Conselheiro Lange divulga o lançamento na Assembléia  
355 Legislativa, da "Frente Verde", e faz demais informes sobre o andamento dos trabalhos junto à  
356 Assembléia Constituinte no que se refere ao Meio Ambiente. Por último o Conselheiro divulga a  
357 Assembléia de Eleição para nova diretoria da ADEA e explica que pelo Estatuto da entidade, tanto  
358 o Presidente como o Vice Presidente da ADEA podem assinar pela mesma. Não havendo mais  
359 nada a tratar, o Doutor Reinaldo Demeterco de Quadros Souza, Presidente em exercício do CEDA  
360 encerrou a reunião e eu, Alberto Baccarim, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata que após  
361 aprovada vai por mim e pelo Presidente assinada.

362 Médico REINALDO DEMETERCO DE QUADROS SOUZA

363 Presidente em Exercício.

364 Engenheiro Químico ALBERTO BACCARIM

365 Secretário Executivo.